



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1660 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

**A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O PROCESSO DE EVASÃO (OU EXPULSÃO) DOS ESTUDANTES NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
Roberta Gonçalves Duarte - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo  
Débora Monteiro do Amaral - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

## RESUMO

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento, realizado por meio de um estudo de caso qualitativo baseado nas contribuições da educação popular e de Paulo Freire e se propõe identificar os principais fatores que tem levado estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo - *campus* Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) a evadirem, ou serem expulsos da Universidade, apesar dos mecanismos de incentivo à permanência disponibilizados. Segundo os dados coletados, o curso já perdeu, antes da colação de grau de sua primeira turma, 10% dos estudantes por meio de desligamento voluntário, abandono e reopção e, além disso, cerca de 60 discentes não estão frequentando total ou parcialmente as atividades acadêmicas. Entre os fatores que poderiam levá-los a descontinuarem os estudos estão a insatisfação com o curso e com as perspectivas do mercado de trabalho, dificuldades financeiras e relacionadas ao trabalho e problemas familiares. Pretende-se com esta pesquisa, se possível, propor ações que contribuam para a superação dos problemas observados e na prevenção de futuros casos de evasão, ou expulsão, nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

**Palavras-chave:** Licenciatura em Educação do Campo. Ensino Superior. Evasão.

**A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O PROCESSO DE EVASÃO (OU EXPULSÃO) DOS ESTUDANTES NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

## RESUMO

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento, realizado por meio de um estudo de caso qualitativo baseado nas contribuições da educação popular e de Paulo Freire e se propõe identificar os principais fatores que tem levado estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo - *campus* Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) a evadirem, ou serem expulsos da Universidade, apesar dos mecanismos de incentivo à permanência disponibilizados. Segundo os dados coletados, o curso já perdeu, antes da colação de grau de sua primeira turma, 10% dos estudantes por meio de desligamento voluntário, abandono e reopção e, além disso, cerca de 60 discentes não estão frequentando total ou parcialmente as atividades acadêmicas. Entre os fatores que poderiam levá-los a descontinuarem seus estudos estão a insatisfação com o curso e com as perspectivas do mercado de trabalho, dificuldades financeiras e relacionadas ao trabalho e problemas familiares. Pretende-se com esta pesquisa, se possível, propor ações que contribuam para a superação dos problemas observados e na prevenção de futuros casos de evasão, ou expulsão, nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

**Palavras-chave:** Licenciatura em Educação do Campo. Ensino Superior. Evasão.

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação do Campo nasceu da prática social em busca de um projeto de emancipação que fortaleça e valorize os povos camponeses enquanto sujeitos portadores de identidades próprias, em um cenário de crescente participação dos movimentos sociais.

Entendida enquanto instrumento político e pedagógico de luta, a Educação do Campo constituiu-se, então, por meio de

“um movimento de reflexão pedagógica de resistência camponesa” (CALDART, 2004, p. 13).

Com a democratização da educação superior houve um avanço no acesso de segmentos da população antes excluídos desta modalidade de ensino. Entre as iniciativas está o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, que favoreceu o acesso dos camponeses às universidades públicas do país com a criação da Licenciatura em Educação do Campo e vem atuando enquanto uma das ferramentas deste projeto de transformação social.

Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), esta graduação foi criada em 2013 e ofertada pela primeira vez no ano seguinte, nos *campi* Goiabeiras e São Mateus, organizada em torno da metodologia da alternância, que articula os tempos/espços formativos que acontecem na escola e nos contextos socioeconômico, político e cultural dos estudantes, envolvendo nessa dinâmica suas famílias e comunidades (ANTUNES-ROCHA *apud* BRITO; MOLINA, 2016).

Para o curso do *campus* Goiabeiras, objeto de estudo desta pesquisa, optou-se pela oferta de habilitações nas áreas de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais, tendo como objetivos formar e habilitar profissionais capazes de lecionar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio que ainda não possuem a titulação mínima exigida pela legislação educacional; habilitar professores para a docência multidisciplinar em escolas do campo, nas áreas citadas acima; profissionalizar para atuação na gestão de processos educativos escolares e na gestão de processos educativos nas comunidades (UFES, 2013).

## **2. A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A EVASÃO (OU EXPULSÃO)**

No *campus* Goiabeiras da UFES, das 360 vagas ofertadas entre os anos de 2014 e 2016, foram matriculados 276 estudantes: 31 no ano de 2014, 125 em 2015 e 120 discentes em 2016, vindos de diversos municípios do Espírito Santo e também de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo dados do Sistema de Informação para o Ensino da UFES, desses 276 estudantes, 22 desistiram formalmente de suas matrículas após o ingresso, 5 foram desligados por abandono e um discente fez reopção de curso até o mês de janeiro de 2018. Soma-se a esse quantitativo cerca de 60 discentes que não estão frequentando total ou parcialmente as atividades acadêmicas do curso, de acordo com acompanhamento feito pela coordenação.

Esses números chamam a atenção principalmente porque esta graduação oferece mecanismos de assistência específicos que visam a permanência dos estudantes, como o custeamento de hospedagem, transporte e alimentação durante as atividades acadêmicas desenvolvidas no *campus* Goiabeiras, uma vez que muitos discentes residem distantes da região em que o curso é ofertado. Ademais, o curso possui processo seletivo e edital de seleção próprios para ingresso, respeitando as particularidades histórico e sociais que deram origem a esta Licenciatura.

Assim, com apenas quatro anos de criação, sendo uma das graduações mais novas da UFES, este curso enfrenta um grande desafio identificado antes mesmo da colação de grau de sua primeira turma: compreender o que tem levado os estudantes a evadirem e propor ações que possam reverter este cenário.

O Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras entende por evadido o estudante que “deixou o curso sem concluí-lo” (BRASIL, 1996, *on-line*).

Já Freire (2005) trabalha com o termo “expulsão escolar”, ao defender que a saída da escola não caracteriza um ato voluntário do aluno, mas imposto devido às condições adversas presentes dentro e fora dos muros escolares e que interferem no processo de ensino e aprendizagem.

Ao refletir sobre a evasão no âmbito da educação básica, o educador traz à tona uma problemática pertinente ao contexto do ensino superior brasileiro, elencando razões “internas e externas à escola, que explicam a ‘expulsão’ e a reprovação dos meninos populares” (FREIRE, 2005, p. 35), problematizando os limites entre a responsabilidade institucional e individual. Apesar dos diferentes contextos, a acepção de Freire sobre a expulsão escolar apresenta-se apropriada por acreditarmos que existe certa homogeneidade nas motivações para a evasão.

Nesse sentido, após levantamento, leitura e análise de material bibliográfico procedemos, por meio de pesquisa documental, à identificação dos estudantes do curso que evadiram no período de 2014 a 2017.

Estes discentes evadidos, no total de 28, receberam por e-mail questionário que visa compreender os motivos que os levaram a evadir. Contudo, mesmo após inúmeras tentativas de comunicação por telefone e e-mail, até o momento apenas uma pessoa retornou com o questionário preenchido. Este estudante relatou que saiu do curso em função de sua mudança para um município mais distante, resultando em dificuldades financeiras e de deslocamento. Dessa forma, o discente optou por desligar-se voluntariamente e prestar novo vestibular para a Licenciatura em Educação do Campo, desta vez, para o *campus* São Mateus, no qual está atualmente matriculado.

Ponderando que “a participação popular comunitária deve se dar, preferencialmente, através de todo o processo de investigação-educação-ação” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 55, grifo dos autores), ou seja, deve haver integração entre pesquisador e participantes, num processo de criação social de conhecimento, também estamos dialogando com os estudantes que permanecem no curso.

Inicialmente estes estudantes responderam a um questionário aplicado presencialmente e, em um segundo momento, participarão de entrevistas coletivas para aprofundar a discussão da temática e traçar coletivamente ações que possam prevenir futuros casos de evasão, ou expulsão, no curso, seja por meio de proposições de criação de instrumentos e/ou

adoção de políticas específicas, cujos encaminhamentos dependerão dos resultados obtidos.

Neste levantamento preliminar, dos 100 estudantes ainda matriculados no curso que responderam ao questionário, 51% já pensaram em sair desta Licenciatura. Entre as principais motivações estão dificuldades em conciliar os estudos com o trabalho e demandas pessoais.

Já entre os fatores que poderiam levar os estudantes a descontinuarem os estudos estão a insatisfação com o curso e com as perspectivas do mercado de trabalho, dificuldades financeiras e relacionadas ao trabalho, além de problemas familiares.

Os dados apontam que, apesar do curso ser uma política pública de formação de professores, muitos ainda encontram entraves trabalhistas para cursar a graduação. Além disso, parte considerável dos estudantes encontra-se insegura quanto ao futuro profissional, o que pode ser reflexo do atual contexto político de fechamento de escolas, principalmente do campo.

No encontro das análises preliminares, Ribeiro evidencia que os estudos realizados a partir de 1985 consideram como motivos para a evasão questões de ordem “financeira; de ajustamento ao curso e/ou universidade escolhida; educacional (déficits no ensino fundamental e médio que complicam o aproveitamento e o desenvolvimento do aluno) ou de dedicação (aluno-trabalhador)” (2005, p. 57), o que nos mostra que as motivações da evasão tendem a se repetir.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A análise dos levantamentos iniciais revela que não há uma razão isolada atuando no processo de evasão do curso, mas uma associação entre os fatores, que transitam entre questões pessoais e institucionais, fazendo deste um fenômeno multifatorial.

Os dados também apontam, de maneira geral, que o estudante tem sido “expulso” do curso, em referência à concepção de Freire (2005). Ou seja, a saída dos discentes não tem se concretizado exclusivamente a partir de uma decisão ativa destes, mas impulsionada também em consequência de motivações alheias à sua vontade ou possibilidade de resolução, como questões sociais, econômicas e trabalhistas.

Essa constatação contraria a premissa originária do curso, que é promover a formação de profissionais que atuam na área da Educação do Campo, mas que não possuem habilitação específica. Ora, os profissionais estão buscando a capacitação na área, mas, ao que indica a pesquisa, não tem encontrado suporte necessário para dar continuidade aos estudos.

Entendemos, portanto, que pensar a democratização do acesso à educação superior deve ir além da expansão quantitativa das vagas e da criação de políticas de inclusão. É preciso articular ações que garantam a permanência e a conclusão dos cursos. Democratizar o ensino, especialmente para as classes camponesas, significa incorporar ainda, dentre as políticas de ações afirmativas já implantadas, as prerrogativas inerentes à concepção de Educação do Campo.

### **REFERÊNCIAS**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues.; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular.** Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria da Educação Superior. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas.** Brasília: Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996.

BRITO, Márcia M. Bittencourt; MOLINA, Mônica Castagna. Estudo com egressos da Licenciatura em Educação do Campo na UnB no contexto da expansão da Educação Superior. In: **Anais do XXIV Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br**, Paraná, p. 1723-1745, mai. 2016.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo.** Brasília: Inkra; MDA, 2004. p. 10-31.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. O Projeto Profissional Familiar como Determinante da Evasão Universitária: Um Estudo Preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 2005, p.55-70.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo.** Vitória, 2013.